

Venâncio vê problemas e pede um ministério

— Os problemas sociais do País são tantos e tão variados que reclamam a criação de um Ministério específico ou, pelo menos, uma Secretaria Especial, diretamente subordinada ao presidente da República, para elaborar e executar uma política racional para o setor.

Ao defender esse ponto de vista, o candidato do PFL ao Senado, Antônio Venâncio, argumentou que hoje esses problemas estão sob a competência de vários ministérios e entidades, como a LBA.

— Os desabrigados pelas enchentes e os expulsos de suas terras pela inclemência das secas, são assunto do ministério do interior; a merenda escolar e com o da Educação, o do menor marginalizado é da Justiça; o das mães carentes é com a LBA; o medicamento gratuito é com a Ceme, subordinada ao ministério da Previdência. Com essa diversificação não há uma política nacional para enfrentar as questões sociais e, con-

sequentemente, não se estabelece também uma linha de prioridades.

E, como prioridade, Antônio Venâncio cobra um plano de assistência efetiva para o menor, justificando com dados que o próprio ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, reconheceu significarem "iniquidade e brutalidade": a taxa de mortalidade infantil brasileira (90 por mil nascimentos, e média, subindo para 110 por mil no Nordeste); a incapacidade do sistema escolar de incorporar as novas gerações (a taxa de escolarização é de 68% para o País e de 50% no Nordeste, em relação a crianças de 7 a 14 anos); e o trabalho infantil: dos 2,7 milhões de menores que trabalham, 80% ganham menos de meio salário mínimo.

Apesar de considerar a criança "prioridade um", Venâncio não concorda com a criação de um ministério do Menor, como sugerem algumas pessoas.